

CORREIO CENTRO-OESTE

GDF condenado por morte de bebê por falta de UTI

Tribunal concluiu que houve negligência no atendimento



Jhonatan Vieira/Sejus-DF

Ação promove cerimônia gratuita com trajés e estrutura

Casamento Comunitário terá nova edição em junho no DF

Casais inscritos na segunda edição do Casamento Comunitário de 2025 participaram, recentemente, da prova de trajés para a cerimônia marcada para o dia 29 deste mês, na Concha Acústica.

O evento é promovido pela Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Sejus-DF) e contará com cerca de 100 casais. Os participantes receberão vestido ou terno, maquiagem, transporte, cerimonial, fotos e outros itens sem custo.

Cada casal poderá le-

var até 25 convidados, o que deve reunir mais de 3 mil pessoas. O programa garante a formalização legal da união, com acesso a direitos como sucessão patrimonial, pensão, inclusão em programas sociais e segurança jurídica.

A equipe técnica da Sejus-DF realiza os ajustes necessários nos trajés para garantir que tudo esteja pronto.

Criado em 2021, o programa já beneficiou mais de 540 casais. Neste ano, a primeira cerimônia ocorreu em março.

Evento

A Câmara de Campo Grande (MS) receberá, na quarta-feira (18), o fórum "Diálogos para Construção da Estratégia Brasil 2050". O evento reunirá autoridades estaduais, do setor privado, sociedade civil e academia para discutir desafios e oportunidades do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.

Atendimentos

Na quarta-feira (18), o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) estará em Ceilândia, no estacionamento do Shopping Popular, das 10h às 16h, para atender a população. A Ouvidoria receberá reclamações, denúncias, sugestões e elogios, além de esclarecer dúvidas sobre os serviços oferecidos.

Edital

A Universidade Federal de Goiás (UFG) ficou em 9º lugar entre as 91 propostas aprovadas no edital do Ministério da Saúde (MS) voltado à saúde digital. O projeto, desenvolvido pelo Programa de Educação Tutorial da Pró-Reitoria de Graduação da UFG, começará em 1º de julho e terá duração de 24 meses.

Fiscalização

O Instituto de Pesos e Medidas (Ipem) de Mato Grosso fiscalizou, na semana passada, entre os dias 9 e 13 deste mês, fios e cabos elétricos em lojas de Cuiabá e Várzea Grande. A ação verificou o cumprimento das normas técnicas. Três apreensões foram feitas após testes apontarem falhas em produtos avaliados.

Inscrições

O Seminário Assíncrono da Universidade Federal de Goiás (UFG) promove reflexões sobre o ensino de artes visuais na Educação Básica. Professores e egressos de licenciatura compartilham pesquisas publicadas entre 2022 e 2024. O evento ocorre de 24 a 29 deste mês, no Moodle Extensão. Inscrições até dia 20/6.

Corrida

O Hospital Regional da Costa Leste Magid Thomé, em Três Lagoas (MS), realizará domingo (22) da semana que vem, a 2ª Corrida Solidária para celebrar seu terceiro aniversário. Inscrições pelo site com a doação de dois pacotes de fraldas sendo opcional a doação de um pacote de ração.

IPVA vencimento

Vence hoje (16) a parcela do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores em Goiás. O pagamento deve ser feito pelo portal Expresso, site do Detran, aplicativo Detran GO ON ou no Vapt Vupt. O calendário unificou os vencimentos para o dia 15 de cada mês.

Operação

A Polícia Civil do Mato Grosso cumpriu seis ordens judiciais na Operação Purgato para desarticular grupo suspeito de roubo majorado e usurpação de função pública em Cáceres. Mandados de prisão e de busca foram cumpridos contra militares em Cáceres e Várzea Grande. As investigações começaram em maio.

Comemoração

A Secretaria de Economia do DF promove, para servidores, de hoje (16) a quarta (18), a Semana Especial de Qualidade de Vida no Trabalho, para celebrar os cinco anos do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho. O evento será no Espaço Qualidade de Vida, no Anexo do Palácio do Buriti.

Governador

O governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), formalizou a Concessão de Direito Real de Uso do Clube de Golfe, garantindo segurança jurídica. Com a medida, a gestão alcança 24 clubes e associações regularizadas. A iniciativa permite o uso definitivo das áreas por famílias.



Agência Saúde

O bebê ficou 17 horas à espera de uma UTI neonatal

Por Thamiris de Azevedo

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal condenou a Secretaria de Saúde do Distrito Federal a pagar indenização em danos morais para os pais de um bebê que morreu após não conseguir vaga imediata na UTI neonatal da rede pública de saúde. Cada genitor irá receber R\$ 50 mil reais.

Narra o processo que a mãe deu entrada no Hospital Re-

gional do Gama em trabalho de parto, ocasião em que foi realizada uma cesariana. Após o procedimento, foi solicitada a internação da recém-nascida em leito de UTI, mas ela foi admitida na UTI do Hospital Regional de Ceilândia apenas no dia seguinte. Nesse período, a bebê ficou mais de nove horas sem avaliação médica ou conduta que contribuísse para sua sobrevivência.

Na defesa, a Secretaria de

Saúde do Distrito Federal alega que o atendimento médico foi prestado de forma adequada, mas que a evolução da criança não foi boa por conta da aspiração do líquido mecônio. A defesa alega que o paciente esteve constantemente assistido e que não houve ato ilícito.

Em entrevista ao Correio da Manhã, o advogado da família, Alzês Junior, porém, relata que as falhas ocorreram desde a demora para atender à mãe na

chegada, até o óbito da criança ocasionada pela tempo de 17 horas esperado para conseguir um leito de UTI.

"Em consequência da falha na prestação do serviço, ocasionou a chamada 'perda de uma chance', que nada mais é que uma hipótese onde a falta de transferência oportuna do paciente para a UTI frustrou qualquer possibilidade de melhora, ainda que temporária. Consequentemente, traz a responsabilidade para o Estado", afirma.

Negligência

No mesmo sentido, a juíza Maria Almeida elenca, na decisão, que o Estado agiu com negligência e não tentou evitar o ocorrido.

"Caso o recém-nascido tivesse recebido tratamento adequado, que neste caso seria realização do exame de cardiocardiografia durante o trabalho de parto e a internação em leito de UTI neonatal logo após o nascimento, dentro dos protocolos médicos indicados, mesmo com o óbito, o nexo de causalidade poderia ser afastado, pois o réu teria atuado de acordo com os padrões".

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Programa garantirá endereço oficial e rotas digitais

DF: ferramenta digital vai mapear áreas rurais

Foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de sexta (13), a Lei 7.702/25, que cria o Programa Rotas Rurais e Endereçamento Digital no DF.

A iniciativa, de autoria da distrital Doutora Jane (MDB), institui endereço oficial para imóveis em áreas afastadas e possibilita o mapeamento digital de rotas com o uso de sistemas abertos de navegação, facilitando a localização.

O objetivo é integrar regiões rurais aos serviços públicos, reduzir custos logísticos e am-

pliar a competitividade de produtores. A ferramenta permite maior precisão na identificação de entradas de propriedades e apoia ações em saúde, educação, segurança e transporte.

A plataforma será acessível remotamente e poderá ser usada por diversos órgãos do DF.

A lei foi considerada um avanço pela Comissão de Produção Rural e Abastecimento da Câmara Legislativa, que defende sua importância para o desenvolvimento e a inclusão das populações do campo.

GOIÁS

Assistente virtual esclarece dúvidas legais

Foi lançada uma assistente virtual com inteligência artificial (IA) voltada à legislação estadual. A ferramenta funciona no portal Legisla Goiás e pelo WhatsApp. O serviço responde dúvidas de forma simples, com base em dados legais, permitindo que a população consulte informações jurídicas de forma gratuita e rápida.

A tecnologia usa recursos como Processamento de Linguagem Natural e Recuperação Aumentada por Geração. Isso permite oferecer respostas claras, baseadas em normas atualizadas, para ajudar no entendimento sobre direitos e obrigações. A ideia é facilitar o acesso a conteúdos legais e diminuir obstáculos para quem busca informações.

MATO GROSSO

Apreensão de cocaína no estado cresce em 2024

Mato Grosso ficou em segundo lugar entre os estados que mais apreenderam cocaína neste ano, segundo o Mapa da Segurança Pública de 2025.

Foram 23,6 toneladas recolhidas, aumento de 3,8 toneladas em relação ao ano passado.

Em 2023, o estado ocupava a terceira posição no ranking nacional de apreensões.

Além da cocaína, as forças estaduais também apreenderam 17,6 toneladas de maconha em 2024. Com isso, o total de drogas retiradas de circulação chegou a 41,2 toneladas. Os dados foram divulgados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O volume representa um crescimento de 57%.

M. GROSSO DO SUL

Municípios recebem iluminação solar com LED

O governo estadual homologou contratos para instalação de postes com luminárias de LED movidas a energia solar em Rio Negro e Dourados. Ao todo, serão investidos R\$ 755 mil nas duas cidades. O projeto tem como objetivo melhorar a infraestrutura e reduzir gastos públicos com energia no longo prazo.

Em Rio Negro, a instalação será feita na Avenida Brasil, com 61 postes em pontos de entrada e saída da cidade. Já em Dourados, 44 postes serão implantados na Avenida José Roberto Teixeira, entre as ruas Indaiá e vereador Vitória José Pedriva.

O uso de energia solar reduz o consumo de energia da rede pública e exige menos manutenção.

DISTRITO FEDERAL

MPDFT aciona mercados Tatico por riscos à saúde pública

A Justiça atendeu pedido do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) e obrigou o Supermercado Tatico a adotar medidas urgentes para corrigir irregularidades sanitárias em unidades no DF e em Goiás. A decisão judicial prevê desinfecção, reparos e retirada de produtos vencidos ou com problemas de origem.

A ação civil foi movida após fiscalizações da Vigilância Sanitária e do Instituto de Defesa do Consumidor, entre 2023 e 2024. Foram encontradas pragas, falhas na higiene de equipamentos e venda de alimentos com validade expirada ou sem origem.

O Ministério Público também pede que a rede pague R\$ 24,8 milhões por danos morais.

Merenda vegana nas escolas públicas do DF

As instituições de ensino da rede pública do Distrito Federal devem incluir opções veganas no cardápio da merenda escolar. A determinação está na Lei nº 7.691/2025, publicada no Diário da Câmara Legislativa na quinta-feira (12).

As cantinas têm 180 dias para se adaptar. A norma, proposta pelo deputado Ricardo Vale (PT), havia sido vetada pelo governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), mas o veto foi derrubado pela Câmara Legislativa do DF (CLDF).

O texto define comida vegana como aquela sem ingredientes de origem animal, como carne, leite ou ovos.

De acordo com a lei, as escolas precisam oferecer pelo menos uma fruta da estação, in natura ou no formato de suco, e uma alternativa salgada sem componentes animais.

A refeição deve ter valor nutricional equivalente às demais. Os responsáveis pelos alunos devem comunicar à escola se

optarem por essa modalidade.

Dados do Instituto Datafolha, encomendados pela Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), mostram que 7% dos brasileiros se declaram veganos. Outros 74% disseram estar dispostos a reduzir ou cortar o consumo de carne.

De acordo com a Agência CLDF, a pesquisa ouviu pouco mais de 2 mil pessoas em dezembro de 2024. A SVB apoiou a medida, destacando que ela garante direitos previstos na Constituição, como acesso a alimentação adequada.

Ainda segundo a Agência CLDF, a entidade classificou a decisão como um progresso para as redes públicas de saúde e também de educação no DF.

A lei entra em vigor imediatamente, mas as unidades escolares terão seis meses (180 dias) para se ajustar às diretrizes.

Segundo a Agência, o Distrito Federal segue exemplos de outras localidades que já adotaram políticas semelhantes.